



COMISSÃO ESPECIAL DO “IMPEACHMENT”

QUESTÃO DE ORDEM

(Sobre nulidade do depoimento da testemunha Júlio Marcelo indicado pela acusação)

Senhor Presidente,

Com base nos arts. 14, 90, V, e 403, todos do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 15, III, da Resolução do Senado nº 20, de 1993, apresento a seguinte **QUESTÃO DE ORDEM**:

O artigo 202, do Código de Processo Penal expõe que “toda pessoa poderá ser testemunha”, salvo exceções constantes no próprio diploma legal. A regra, de forma geral, é que todas as pessoas que forem chamadas para depor estarão obrigadas a testemunhar sobre o que sabem.

Com efeito, na reunião do dia 08 de junho de 2016, a Senadora Vanessa Grazziotin apresentou uma contradita ao depoimento do Sr. Júlio Marcelo de Oliveira, listado como testemunha da acusação, nos seguintes termos:

“Presidente, antes de passar a palavra, eu solicito pela ordem, porque eu quero apresentar aqui, por escrito, à Mesa, uma suspeição, que gostaria enormemente de que ficasse registrada em ata, em relação à testemunha que já se identificou, como V. Ex^a disse, perante a Mesa.

Quero dizer que me baseio, Sr^a Presidente, para contraditar a testemunha, no art. 214 do Código de Processo Penal, que diz o seguinte: “Antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha ou arguir

Recebido na COCETI em 13/06/16

Felipe Costa Geraldes
Mat 229869



circunstâncias ou defeitos, que a tornem suspeita de parcialidade, ou indigna de fé." Eu vou ler só até aqui.

Eu, portanto, Srª Presidente, quero arguir a suspeição do Sr. Procurador, que entendo não ter a necessária isenção para figurar como testemunha da causa. Ele tem lado neste processo, e muitos dos fatos comprovam perfeitamente. Eu não vou ler os fatos, mas eu listo três fatos, Srª Presidente, por que considero que essa testemunha não tem a imparcialidade e a isenção que determina o Código de Processo Penal.

Portanto, eu apresento à Mesa apenas para que seja consignada em ata, Srª Presidente."

Presidindo a sessão, a Senadora Ana Amélia deu a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para "contraditar", tratando como Questão de Ordem a arguição de suspeição. Em resposta ao questionamento da Senadora Gleisi Hoffmann, a Presidente afirmou:

"A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está encerrado. A questão de ordem já foi deferida pela Mesa, com o registro em ata da solicitação. E o Senador contraditou."

Mesmo diante do esclarecimento feito pelo advogado da defesa, Sr. Eduardo Martins Cardozo sobre a impropriedade da resposta dada, a Senadora que presidia a Mesa insistiu que "acolheu a contradita". Vejam: "deferiu a Questão de Ordem" e "acolheu a contradita". Foram essas as suas palavras.

Houve, no caso, dois flagrantes erros de procedimento. O primeiro foi a afirmativa de que fora "acolhida a contradita", o que implicaria em rejeitar a testemunha e não prosseguir com sua oitiva. A segunda foi tratá-la como questão de Ordem (em que pese ter-lhe "dado deferimento")

Contradita não é Questão de Ordem.

A contradita é a objeção manifestada quanto ao testemunho de determinada pessoa, e ocorre em relação a uma testemunha arrolada pela parte contrária ou por um co-



réu, que ocorrerá nos casos de impedimento e suspeição. Tem fundamento no art. 214, do Código de Processo Penal, citando pela Senadora Vanessa Grazziotin no seu pedido:

“CPP - Art. 214. Antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha ou arguir circunstâncias ou defeitos, que a tornem suspeita de parcialidade, ou indigna de fé. O juiz fará consignar a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só excluirá a testemunha ou não lhe deferirá compromisso nos casos previstos nos arts. 207 e 208.”

Dizem os arts. 207 e 208:

“ Art. 207. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Art. 208. Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206.”

Obviamente a redação dos arts. 207 e 208 do Código de Processo Penal tratam das questões que vedam de ofício os depoimentos, não limitando a arguição de suspeição sobre a testemunha nem deixando o entendimento de que o juiz não deverá decidir sobre o pedido. Essa dedução é, em si mesma, absurda e foge ao espírito do processo.

O que faz o juiz após uma contradita é, segundo a doutrina e a prática jurídica, proporcionar o contraditório à parte que teve sua testemunha contraditada (no caso do processo de *impeachment* a acusação e não um senador) para posteriormente indagar a testemunha a respeito dos motivos apresentados se são verdadeiros ou não.

Feito isso, o juiz decide se a testemunha é válida ou não.

Não foi, contudo, o que ocorrera na reunião do dia 08 de junho.

Senhor Presidente,

Essa Comissão deve esclarecer qual o papel desempenhado pelo Senhor Júlio Marcelo, sob pena de nulidade de seu depoimento.



A Dra. Janaina Paschoal, na mesma reunião do dia 08 de junho de 2016, ao tratar do assunto em resposta ao advogado de defesa, Sr. Eduardo Martins Cardozo, explicou:

“Agora, os especialistas, com todo o respeito... E o Dr. Júlio participou de todo o levantamento. O Dr. Júlio é um técnico. Ele participou. Ele fez o requerimento, ele acompanhou a equipe, depois ele analisou, ele fez outro parecer” (grifos meus)

Por evidente, o Senhor Júlio Marcelo funcionou no caso das contas da Exma. Senhora Presidenta da República como membro do Ministério Público do Tribunal de Contas.

Vejamos, o que prevê o Código de Processo Penal em seu art. 258:

“Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.” (grifei)

Por sua vez em seu art. 252, proíbe de funcionar no caso juiz – e membro do Ministério Público por extensão - que incida nas seguintes hipóteses:

“Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:
I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;
II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;
III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;” (grifei)

Desse modo, é necessário esclarecimento ao país **qual o caráter do depoimento do Sr. Júlio Marcelo** a esta Comissão, indicado pela acusação.



A nulidade do depoimento está prevista no art. 564 do Código de Processo Penal, que versa sobre a nulidade dos atos processuais:

*“Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:
I - por incompetência, suspeição ou suborno do juiz;”*

Desse modo, requero, por meio desta QUESTÃO DE ORDEM:

- O devido esclarecimento à contradita suscitada pela Senadora Vanessa Grazziotin na reunião do dia 08 de junho de 2016;

- A nulidade do depoimento do Senhor Júlio Marcelo de Oliveira diante:

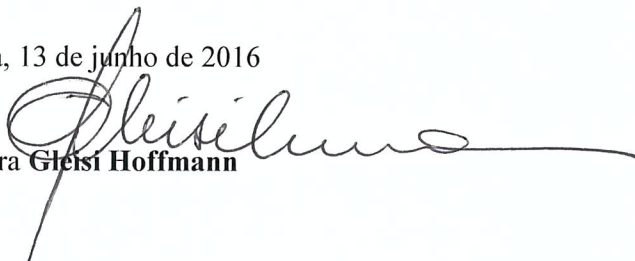
a) da afirmativa da Presidente da Mesa que repetiu por várias vezes ter “acolhido a contradita” o que implica rejeitar a testemunha, não apenas consignar o pedido. Ou de outro modo, que “acatou a Questão de Ordem”, que teria resultado idêntico de desconsideração do depoimento;

b) de sua evidente suspeição para funcionar como testemunha nesta Comissão por agressão aos dispositivos do Código de Processo Penal aqui citados.

Sala da Comissão,

Brasília, 13 de junho de 2016

Senadora **Gleisi Hoffmann**



SF/16483.01950-39

Página: 5/5 13/06/2016 12:54:16

649daaf236556fc86cb4ec24968b5bbad0db5f3a

